

Acordo

Quércia e Newton mantêm defesa do presidencialismo

Da Reportagem Local
e Da Sucursal de Belo Horizonte

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, concedeu ontem três entrevistas coletivas no Palácio dos Bandeirantes, e em todas reafirmou sua posição favorável ao sistema presidencialista de governo. Segundo Quércia, o "parlamentarismo não proporciona estabilidade e dentro da crise que estamos vivendo, precisamos de um governo estável". Quanto ao mandato do presidente José Sarney, Quércia disse "dispor de informações que apontam pela tendência da aprovação de cinco anos".

Quércia afirmou que o deputado Ulysses Guimarães também é favorável à manutenção do atual sistema de governo. "Dentro do meu espírito estou convencido que ele é pelo regime presidencialista. Aliás, ele já me disse isso diversas vezes", disse o governador.

A assessoria de Quércia também divulgou dois telegramas enviados pelo governador ao presidente do Congresso constituinte e ao deputado Roberto Rollemberg, coordenador da bancada paulista na Câmara, manifestando sua posição em relação ao presidencialismo.

Os auxiliares do governador, quase sempre avessos a prognósticos precisos em relação aos temas polêmicos do Congresso constituinte,

jogavam todas as fichas nos cinco anos com presidencialismo.

Newton Cardoso

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso (PMDB), acredita que o impasse em torno do sistema de governo levará à aprovação do "presidencialismo mitigado", proposta que admitiu defender junto aos constituintes mineiros.

Newton estará em Brasília neste fim-de-semana "para acompanhar de perto a situação", que, segundo ele, "é delicada". Em Conceição do Pará (138 km a oeste de Belo Horizonte), o governador de Minas afirmou ontem ter a "impressão de que os cinco anos estão garantidos", mas observou que "ninguém pode bancar o parlamentarismo ou presidencialismo".

Para ele, o presidencialismo mitigado seria "uma forma de valorizar o Congresso para que as prerrogativas do Legislativo sejam respeitadas e para manter o presidencialismo".

O governador insistiu na necessidade de "um entendimento" para contornar o "buraco negro", mas condenou a eventual adoção do parlamentarismo, uma "aventura". Segundo ele, "o povo não votou neste sistema. Sem consultar o povo, acho que é um desafio votar o parlamentarismo", disse. O governador mineiro aceita a ideia de um plebiscito "para saber se o povo é a favor ou não do parlamentarismo".



O governador de São Paulo, Orestes Quércia, durante entrevista coletiva, ontem, no Palácio dos Bandeirantes

Aureliano desaprova o acordo parlamentarista

Da Sucursal do Rio

"O parlamento é lugar de parlamentos, não de buscar fórmulas mágicas", disse ontem o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, ao ser indagado sobre o acordo que estaria sendo articulado — e que afirmou desconhecer — para a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney em troca da mudança de regime de governo para o parlamentarismo.

Aureliano Chaves, que reuniu-se ontem com os dirigentes de todas as estatais vinculadas ao seu ministério, em Itaipava (distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio), reafirmou sua preferência pelo regime parlamentarista. Segundo ele, já está provado que o parlamentarismo não é um amortecedor de crises. Aureliano lembrou ainda que Salazar, Mussolini e Hitler em primeiros-ministros. "Não considero o parlamentarismo um avarço. Se estivesse no Congresso votaria pelo presidencialismo", afirmou. Ele defendeu também o mandato de cinco anos para Sarney.

'Históricos' apóiam parlamentarismo Emenda Cardoso pode ser retirada

Do enviado especial a Brasília

Mal se abriu a sessão de ontem do Congresso constituinte, por volta de 14h30, o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB, literalmente pressionou o deputado presidencialista Doreto Campanari (PMDB-SP), num canto do plenário, para lhe dizer: "Para dar quatro anos, a gente tem que votar parlamentarismo, Doreto."

A frase de Covas é consequência da tática definida ontem pelo grupo dito "histórico" do PMDB e que reúne a ala centro-esquerdista do partido: o importante é fixar o parlamentarismo no texto constitucional, do que advirá, na hora de votar as disposições transitórias, a vitória dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney.

Depois da conversa com Doreto, Covas disse à Folha: "Agora, a situação está claríssima. Ao contrá-

rio do que muita gente pensa e diz, só há duas hipóteses. Se der parlamentarismo, dá quatro anos e, se der presidencialismo, dá cinco anos."

Essa palavra de ordem correu ontem todo o grupo "histórico" e centro-esquerdista e teve unânime aceitação, exceto, é óbvio, entre os que são presidencialistas irredutíveis.

Os cálculos dos "históricos" para chegar à conclusão de que a vitória do parlamentarismo levará, mais adiante, à vitória também dos quatro anos partem de dois dados básicos:

1) Parte dos presidencialistas preocupa-se menos com o sistema de governo e muito mais com a duração do mandato do presidente Sarney. Em tese, portanto, é fácil atraí-los para o parlamentarismo, se forem convencidos de que essa é a única

maneira de se chegar aos quatro anos.

2) O intervalo de mais ou menos dois meses entre a votação do permanente (o sistema de governo) e do transitório (a duração do mandato de Sarney) será marcado pelo enfraquecimento ainda maior do governo, derrotado no primeiro ponto, e por manifestações da sociedade em favor dos quatro anos, encurralando de uma vez o governo.

Ao fixar essa tática, os "históricos" deixam de lado a discussão em torno da data de implantação do parlamentarismo. Mas há, entre eles, virtual consenso de que o novo regime demorará pelo menos seis meses para estar em condições de aplicação. "Só a adaptação de toda a máquina burocrática levará alguns meses", reconhece Covas, que acha possível deixar o parlamentarismo para o início de 1989. (CR)

Do enviado especial a Brasília

A emenda do senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, que fixa um mandato de quatro anos para os futuros presidentes, poderá ser retirada, nas vésperas da votação, se os seus patrocinadores entenderem que ela é prejudicial à vitória do parlamentarismo, o sistema de governo preferido por Fernando Henrique.

A emenda foi apresentada com um objetivo claro: evitar uma discriminação entre o mandato dos futuros presidentes (que, pelo texto aprovado pela Comissão de Sistematização, será de cinco anos) e o de Sarney.

Acontece que ela acabou gerando um efeito não desejado: vincular o mandato do atual presidente ao sistema de governo. Há um grupo grande de parlamentaristas que acha cinco anos o tamanho ideal de mandato para Sarney, seja para os futuros presidentes, e há outro grupo que prefere, ao menos

para os futuros presidentes, um mandato de cinco anos. Manter a emenda pode remeter esses parlamentaristas para o presidencialismo. Dessa constatação surge a hipótese de sua retirada.

"Se a emenda se revelar um obstáculo, retira-se o obstáculo", disse ontem à Folha o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte e co-patrocinador da emenda Fernando Henrique.

Retirada a emenda, não há outra que fixe quatro anos para os futuros presidentes, mas o grupo Covas-Fernando Henrique não se preocupa: a avaliação deles é a de que, aprovado o parlamentarismo, como sistema permanente, na hora de votar as disposições transitórias, os quatro anos para Sarney acabarão prevalecendo, mesmo que os próximos presidentes tenham cinco anos.

A eventual retirada dessa emenda

complica a situação para o PT, cuja bancada de 16 deputados, reunida ontem, reafirmou a decisão de votar em bloco pelo presidencialismo, admitindo apenas declaração de voto em separado de seus parlamentaristas, o que não entra no cômputo da votação. Acontece que os petistas consideram fundamental um mandato de quatro anos para Sarney e por isso iriam votar na emenda Fernando Henrique Cardoso.

Sem o amparo da emenda Fernando Henrique, o PT se verá forçado a apoiar o presidencialismo com cinco anos, que passaria a ser a única emenda parlamentarista existente. Para evitar essa dificuldade, o PT continua trabalhando na recomposição da frente "quatroanista", mas já abandonou a ideia de uma abstenção cruzada dos parlamentaristas de esquerda na votação do presidencialismo e dos presidencialistas de esquerda na votação do parlamentarismo.

Sarney volta a criticar poder civil

Da Redação

O presidente José Sarney repetiu ontem as críticas que fez ao poder civil na última quarta-feira, no Rio, em seu programa radiofônico das sextas-feiras, "Conversa ao Pé do Rádio". Na quarta-feira, no Rio, Sarney participou da cerimônia de despedida de 180 guardas-marinha que partiam em viagem de instrução no navio-escola Brasil e afirmou que as forças civis eram responsáveis pelos momentos de "apreensão" por que passa o processo de transição democrática.

Ontem, o presidente afirmou que as forças civis "estão se dividindo, dilaceram-se, fracionam-se num processo de autofagia, de canibalismo que enfraquece as instituições e joga sobre a nação a perplexidade e

a indagação". Para ele, ao contrário, as Forças Armadas "têm uma conduta impecável de unidade, de coesão, de compreensão, de sacrifício, imunes às provocações e dedicadas a seus afazeres constitucionais, dando suporte à transição e vigilantes na defesa da ordem". Sarney voltou a repetir a frase do almirante Barroso — "Suportar o fogo, que a vitória será nossa" — ao afirmar que procura se inspirar nela para enfrentar os "momentos de dificuldade".

Passando um "recado" para os constituintes que se preparam para votar o sistema de governo na próxima semana, Sarney disse que "a democracia não é fácil. Ela é mais do que um sistema de governo. Ela é um estado de consciência". O presidente voltou a atacar os "radi-

cais", como fez em seus últimos pronunciamentos pelo rádio, afirmando que a democracia não pode ser julgada "pelos que a conspurcam, pelos que negam os seus valores, pelos que a utilizam para matar a liberdade num processo que é muito suicida, quando não se respeitam as leis, quando se organizam grupos para coagir, como temos presenciado ultimamente".

O presidente afirmou ainda que considera suas palavras "extremamente oportunas" às vésperas de o Congresso constituinte tomar sua decisão a respeito do sistema de governo. Para ele, seu pronunciamento significa que está "confiante". O presidente usou outra frase do almirante Barroso para terminar o seu "recado": "O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever."

Quem apóia tem preferência, diz Prisco

Do enviado especial a Brasília

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, negou ontem que convênios assinados em sua gestão com governos estaduais, prefeituras e outras entidades empenhando verbas façam parte, como revelou a Folha, da estratégia do governo a fim de conseguir um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, mas não escondeu a relação existente entre as liberações de recursos e os interesses do Planalto. "É claro que as relações políticas do governo têm que se fazer preferencialmente com os que o apóiam", reconheceu. O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, disse que não se surpreendeu "com a revelação da Folha sobre os gastos do Ministério da Habitação, pois o sistema de liberações condicionadas e apoios políticos generalizou-se".

"Eu respondo negando", disse

Prisco Viana ao jornalista Ney Gonçalves Dias, pela manhã, no programa "Bandeira-Um", da TV-Bandeirantes, em Brasília. Segundo a reportagem publicada ontem pela Folha, nos 69 dias em que Prisco ficou no Ministério este ano os empenhos de verbas somaram Cz\$ 7.780.474.000,00, o equivalente a mais de seis vezes o que foi empenhado em quase dez meses pelo ministro anterior, Deni Schwartz, que defendeu mandato de quatro anos para Sarney. Prisco afirmou que o ministério "aplica seus recursos em função de programas", admitindo, porém, que se as relações políticas do governo não dessem prioridade "aos que o apóiam" estaria "negando o próprio princípio democrático".

Para o líder do PT no Congresso constituinte, deputado Luis Inácio Lula da Silva, a reportagem mostra que "o governo tenta suprir sua debilidade política com este processo de compra de votos, o que explica muito bem porque o próprio governo

não apura as denúncias de corrupção". O deputado federal Fernando Lyra (PMDB-PE) deduziu, após ler a notícia, que "Prisco Viana continua no PDS, o PDS do governo".

À noite, a assessoria de imprensa divulgou nota em que Prisco tenta corrigir as contradições da entrevista à TV-Bandeirantes e afirma não existir "qualquer relação entre as verbas do ministério e posições políticas dos constituintes". Já Fernando Henrique Cardoso fez questão, em seu comentário, de relacionar os dois assuntos dizendo que exatamente por causa da existência do "sistema" de liberação de verbas "é preciso mudar logo o sistema de governo". No parlamentarismo, segundo o líder do PMDB no Senado, "o controle das decisões é maior e tudo fica mais transparente". E acrescentou: "É claro que além disso as personagens também contam: como está, está demais. Eu continuo na mesma posição: parlamentarismo e quatro anos". (NVE)